

EXPEDIENTE DO DIA

EM

17/07/12



Câmara Municipal de Marechal Floriano
Protocolado Sob nº 0620

Em 16/07/12

[Signature]

ENCARREGADO

Prefeitura Municipal de Marechal Floriano

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROJETO DE LEI Nº 063/2012

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 904 DE
15 DE ABRIL DE 2009 QUE CRIA O
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS.

A Prefeita Municipal de Marechal Floriano, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 5º da Lei Municipal nº 904, de 15 de abril de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º - O Conselho Gestor é órgão de caráter deliberativo e será composto por 10 (dez) membros, garantindo a proporção de ¼ (um quarto) das vagas aos representantes dos movimentos populares e será constituído pelas seguintes entidades:

(...)

IX – um representante da Associação de Moradores de Santa Rita;

X – um representante da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Rio Fundo.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Marechal Floriano, ES, 13 de Julho de 2012.

[Signature]
ELIANE PAES LORENZONI
Prefeita Municipal

ORDEM DO DIA

EM 17/07/12

[Signature]

APROVADO

EM 17/07/12

[Signature]
Presidente



Prefeitura Municipal de Marechal Floriano

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

JUSTIFICATIVA

Encaminhamos à apreciação dos ilustres membros desse Poder Legislativo Municipal, o presente Projeto de Lei que: **“ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 904 DE 15 DE ABRIL DE 2009 QUE CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS”**.

Justificamos o presente Projeto, tendo em vista que a Caixa Econômica Federal, através do email da Centralizadora Nacional de Fundos Sociais (cópia em anexo) requereu adequação da Lei Municipal nº 904, visto que esta não garantiu a proporção de $\frac{1}{4}$ aos Movimentos Populares na composição do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Diante do acima exposto, solicitamos a análise do referido Projeto de Lei, e posterior aprovação.

Atenciosamente,

ELIANE PAES LORENZONI
Prefeita Municipal

GM II

Convenio Marechal Floriano <convenio.pmmf@gmail.com>

URGENTE - MARECHAL FLORIANO/ES - FNHIS - Obrigações do Termo de Adesão (PENDÊNCIAS)

1 mensagem

11 de julho de 2012 14:54

cefus13@caixa.gov.br <cefus13@caixa.gov.br>
Para: prefeitura.marechal@gmail.com, convenio.pmmf@gmail.com
Cc: cefus14@mail.caixa, cefus13@caixa.gov.br

URGENTE URGENTE URGENTE

A

Prefeitura Municipal de Marechal Floriano/ES

A/C Aurea - setor de convênio PMMF

Assunto: Obrigações decorrentes do Termo de Adesão do Município ao SNHIS -

Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

1 Em resposta às considerações e questionamento desse município, temos a esclarecer o seguinte

1.1 As Leis são analisadas por esta CEFUS/DF, nesse sentido, considerando o artigo 5º da Lei 904/2009, somente o Inciso VIII foi considerado como de entidade de movimentos populares, o que não atende à proporção exigida pela Lei 11.124/2005 do SNHIS, tendo em vista que, para um total de 8 (oito) representantes de entidades do CGFMHIS, pelo menos 2 (dois) deveriam ser de movimentos populares e não apenas 1 (um) como relacionado no referido Inciso (VIII) da Lei em questão. Salientamos ainda que, o texto do artigo 5º da Lei 904/2009, daria regularidade à mesma, caso não fosse relacionado os representantes e entidades componentes do CGFMHIS, o que não ocorreu, motivo pelo qual o município foi considerado com PENDÊNCIA;

1.2 Por outro lado, esse município encaminhou a Lei 971/2009, alterando a Lei 904/2009. Contudo, em que pese à reprodução do texto do artigo 5º da Lei 904/2009, esse município continuou a considerar o Inciso VIII, visto que a entidade relacionada na Lei 971/2009 (Associação de Desenvolvimento comunitário de Santa Maria), foi a mesma do Inciso VIII da Lei 904/2009, ou seja, mantendo a condição de PENDENTE do município, uma vez que não atende à exigência da Lei 11.124/2005 do SNHIS, que seria a proporção de ¼ destinadas aos representantes de entidades de movimentos populares, ou seja, de 8 (oito) representantes de entidades do CGFMHIS, pelo menos 2 (dois) deveriam ser de movimentos populares e não apenas 1 (um) como relacionado no referido Inciso (VIII) da Lei 971/2009

2 Diante do exposto, reiteramos a mensagem do dia 02/07/2012, com vistas às providências por parte desse município, no sentido de encaminhar os documentos solicitados, para análise e posterior consideração de regularidade por parte desta CEFUS/DF, conforme o caso.

3 Os documentos podem ser apresentados na Superintendência Regional, Agência da Caixa ou GIDUR de vinculação, que, por sua vez, deverá encaminhá-los à esta Centralizadora (CEFUS) para análise, ou encaminhá-los diretamente via correio para o endereço: Destinatário: Centralizadora Nacional Fundos Sociais – CEFUS, Setor Bancário Sul, Quadra 01, Lote 28, Bloco L, Edifício: Caixa Econômica Federal, 4º andar, CEP 70070-110, Brasília-DF.

4 Colocamo-nos à disposição desse Governo para maiores esclarecimentos, por meio dos seguintes telefones: (61) 3206-7400 (Sérgio Martin) ou (61) 3206-7662 (Weder), lembrando que, após homologação do Ministério das Cidades, as informações sobre a situação atual do ente federado junto ao SNHIS poderão ser consultadas no endereço eletrônico <http://www.cidades.gov.br>.

Respeitosamente,

RUI GUILHERME DA COSTA LEITE

Assistente Pleno

SÉRGIO MARTIN DE MELLO JÚNIOR

Coordenador

CAIXA – Centralizadora Nacional Fundos Sociais - CEFUS

E-mail: cefus13@caixa.gov.br

☎ - (61) 3206 7400

De: Rui Guilherme da Costa Leite
Enviada em: quarta-feira, 11 de julho de 2012 11:48
Para: CEFUS13 - FNHIS
Cc: Bruno Leonardo Pontes Ribeiro